

RELATÓRIO INFORMATIVO

MISSÃO INTERNACIONAL PARA PARTICIPAÇÃO DO CONFEA NA "11ª CONFERÊNCIA DOS ESTADOS PARTES DA CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, DE 12 A 14 DE JUNHO DE 2018, NA CIDADE DE NOVA IORQUE – EUA"

APRESENTAÇÃO:

Em atendimento à Decisão Plenária PL nº 0178/2004, apresentamos o relatório da missão ao exterior - aprovada conforme Decisão plenária Nº PL-0819/2018 de 24 de maio de 2018 - referente à participação do Confea na "11ª Conferência dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência – COSP10, realizada no período de 12 a 14 de junho de 2018, na Cidade de Nova Iorque – EUA".

O evento é realizado anualmente na sede da Organização das Nações Unidas com o objetivo de discutir a implementação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. A conferência conta com a participação dos representantes dos países signatários da Convenção, e representantes de Organizações não Governamentais e da Sociedade Civil de diversas nacionalidades.

Assim como ocorreu em 2017, foi organizada uma missão oficial do Brasil para participar do encontro. A missão foi organizada pela Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência, ligada ao Ministério dos Direitos Humanos (SEDPD/MDH), sob a coordenação do Secretário Executivo do Ministério dos Direitos Humanos, Engels Muniz.

O tema principal da Convenção foi: "Deixando ninguém para trás através da implementação completa da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência". Além disso, a programação do encontro dividiu-se entre os seguintes sub-temas:

- ✓ Espaço fiscal nacional, parcerias público-privados e cooperação internacional;
- ✓ Mulheres e meninas com deficiência;
- ✓ Participação política e reconhecimento igualitário perante a lei;

Outro tema tratado paralelamente foi a "Promoção de estatística de alta qualidade sobre deficiência e desagregação de dados por status de deficiência para a plena realização dos direitos.

Um ponto importante da agenda da conferência foi a realização da eleição dos Membros do Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, órgão composto por especialistas no tema e que tem o objetivo de monitorar a implementação da Convenção pelos Estados Partes.

A convenção sobre os Direitos da Pessoa com deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007, aprovada pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008 e pelo Decreto do Poder Executivo nº 6.949 de 25 de agosto de 2009 conforme o procedimento do § 3º do art. 5º da Constituição, balizam a política nacional para a pessoa com deficiência.

COMPOSIÇÃO DA DELEGAÇÃO DO CONFEA:

1 – Dados Profissionais:

Nome: Ronald do Monte Santos

Título Profissional: Eng. Mec. – Conselheiro Federal.

Nome: Sabrina Borba Sales Carpentier

Título Profissional: Bach. Rel. Internacionais – Profissional da Gerência de Relacionamentos Institucionais.

INFORMAÇÕES GERAIS:

2 – Dados dos objetivos da viagem:

Finalidade da viagem: Participar da “11ª Conferência dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, realizada nos dias 12 a 14 de junho de 2018, na Cidade de Nova Iorque – EUA”.

Local: Sede da Organização das Nações Unidas – Nova Iorque.

Entidade promotora do evento: Organização das Nações Unidas – ONU.

Período: 12 a 14 de junho de 2018.

Definição dos objetivos a serem alcançados, indicando como e onde serão aplicados os conhecimentos adquiridos:

Conhecer as ações voltadas para a promoção e implementação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência;

Participar dos debates com os demais representantes governamentais brasileiros referentes às políticas públicas direcionadas para a inclusão das pessoas com deficiência;

Fortalecer os trabalhos existentes no âmbito do Sistema Confea/Crea ligados à questão da acessibilidade, buscando a conscientização de que a garantia dos direitos das pessoas com deficiência significa garantir os direitos humanos.

Buscar, em conjunto com os demais integrantes do evento, os meios eficazes para a implantação do que foi acordado na Convenção da ONU sobre os Direitos da Pessoa com deficiência; participando, sempre que possível, de ações governamentais e da elaboração de políticas públicas de inclusão;

Ampliar a inserção internacional do Sistema Confea/Crea, estreitando o relacionamento com as entidades nacionais e internacionais participantes;

Difundir conhecimentos e experiências vivenciadas durante a Conferência no âmbito do Sistema Confea/Crea.

Apoiar a candidatura da representante indicada pelo Brasil para compor o Comitê das Nações Unidas dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que elegerá 09 (nove) novos membros para integrar o Comitê.

Reunião Preparatória de Coordenação da Delegação

No dia 28 de maio de 2018, os representantes de todos os órgãos integrantes da delegação oficial, participou de uma reunião preparatória para coordenar as atividades do grupo durante a 11ª Conferência dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.

No encontro foram tratados assuntos afetos à Convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência, sobre a agenda da Conferência e ainda, foi dado destaque à candidatura da Deputada Federal Mara Gabrili para compor o Comitê das Nações Unidas para os Direitos da Pessoa com Deficiência.

Foram apresentadas também as informações necessárias a respeito do credenciamento no evento.

A Secretaria de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência convida para participar do evento, as pastas ministeriais, órgãos e demais estruturas relacionadas à política da pessoa com deficiência tanto na Administração Federal quanto das demais Unidades da Federação. A participação de representantes das entidades com as quais esta Secretaria se relaciona, mostra-se de fundamental relevância para instrumentalizar esses agentes em toda a diversidade das políticas públicas que traçam.



Foto 1: Deputada Federal Mara Gabrili, candidata ao Comitê das Nações Unidas para os Direitos da Pessoa com Deficiência”.

Programação geral das atividades previstas:

11ª Conferência dos Estados Parte da Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência
12-14 junho de 2018, Sala de Conferências nº 4, UNHQ, Nova Iorque

Terça-feira, 12 de junho 9:00 – 12:00	Quarta-feira, 13 de junho 10:00 – 13:00	Quinta-feira, 14 junho 10:00 – 13:00
Abertura da 11ª sessão da Conferência dos Estados Parte (item 1) – Chair V. Exª Sr. Georgi Panayotov, Representante Permanente da Bulgária para a ONU, Presidente da Conferência Discursos de Abertura: 1. Sr. Georgi Panayotov, <i>Representante Permanente da Bulgária para a ONU, Presidente da Conferência.</i> 2. Sr. António Guterres, <i>Secretário Geral da Conferência.</i> 3. Srª. Maria Soledad Cisternas Reyes, <i>Enviado Especial do Secretário-Geral sobre Deficiência e Acessibilidade</i> 4. Srª. Theresia Degener, <i>Chair do Comitê das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência</i> 5. Srª. Catalina Devandas Aguilar, <i>Relatora Especial da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência</i> 6. Sr. Colin Allen, <i>Mecanismo de coordenação da sociedade civil, Representante da Sociedade Civil</i> Aprovação da agenda (item 2) Organização do trabalho (item 3) Eleição dos membros do Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (item 4) Assuntos relacionados com a implementação da Convenção: debate geral (item 5a)	Assuntos relacionados com a implementação da Convenção: Mesa Redonda 1: Espaço fiscal nacional, parcerias público-privadas e cooperação internacional para o fortalecimento da implementação da CDPD (item 5 (b (i))) – co-presidida pela Alemanha / Vice-Presidente da Conferência, e pelo Sr. Setareki Macanwai, Fórum de Deficiência do Pacífico Introdução: Apresentações de panelistas: 1. Srª. Yayoi Kitamura, <i>Centro Nacional de Reabilitação para Pessoas com Deficiência, Japão</i> 2. 3. Sr. Magino Corporán, <i>Conselho Nacional sobre Deficiência (CONADIS), República Dominicana</i> 4. Sr. Vladimír Cuk, <i>Ação Global sobre Deficiência – GLAD</i> 5. 6. Sr. Lic. Gonzalo M. Bazgan, <i>Direção Nacional para a Inclusão de Pessoas com Deficiência, Argentina</i> 7. 8. Srª. Shatha Abu Srouf, <i>União Palestina Geral das Pessoas com Deficiência, Representante da Sociedade Civil</i> Discussão interativa Resumo dos co-presidentes	Assuntos relacionados com a implementação da Convenção: Mesa Redonda 3: Participação política e reconhecimento igual perante a lei (item 5 (b (iii))) – Co-presidido por H.E. Xavier Torres, Equador / vice-Presidente da Conferência, e Connie Laurin-Bowie, da Inclusion International Introdução: Apresentações de panelistas: 1. Sr. Anderson Gitonga, <i>Pessoas com Deficiência Unidas do Quênia (UDPK)</i> 2. Srª. Yong Jia, <i>China Federação de Pessoas com Deficiência, China</i> 3. H.E Sr. Engels Augusto Muniz, <i>Secretário Executivo do Ministério dos Direitos Humanos, Brasil</i> 4. Srª. Jean Judes, <i>Beit Issie Shapiro (BIS), Israel</i> 5. Srª. Catalina Devandas Aguilar, <i>Relatora Especial da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência</i> 6. Srª. Yeni Rosa Damayanti, <i>Indonesian Associação de Saúde Mental, Representante da Sociedade Civil</i> Discussão interativa Resumo dos co-presidentes

Terça-feira, 12 de junho 15:00 – 18:00	Quarta-feira, 13 de junho 15:00 – 18:00	Quinta-feira, 14 junho 15:00 – 18:00
Eleição dos membros do Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (item 4, continuação) Assuntos relacionados com a implementação da Convenção: debate geral (item 5 (a), continuação)	Assuntos relacionados com a implementação da Convenção: Mesa Redonda 2: Mulheres e meninas com deficiências (item 5 (b) (ii)) - Copresidida por SE Dr. Rohan Perera, Representante Permanente do Sri Lanka junto à ONU / Vice-Presidente da Conferência e Anjlee Agarwal, Aliança Global sobre Tecnologias e Ambientes Acessíveis (GAATES) Introdução: Apresentações de panelistas: Sr^a. Ramla Said Omar Mohamed, <i>Assembléia do Condado de Mombasa, Quênia</i> Sr^a. Mercedes Juan, <i>National Council for the Development and Inclusion of Persons with Disabilities, Mexico</i> Sr^a. Ana Pelaez, <i>Organização Nacional do Cego (ONCE-Spain), EU</i> Sr^a. Theresia Degener, <i>Presidente do Comitê das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência</i> Sr^a. Ekaete Judith Umoh, <i>Associação Nacional de Pessoas com Deficiência (JONAPWD), Nigéria, Representante da Sociedade Civil</i> Sr^a. Victoria Lee, <i>Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos</i> Discussão interativa Resumo dos co-presidentes	Diálogo interativo sobre a Implementação da Convenção dos Estados Partes com o sistema das Nações Unidas e outras partes interessadas (item 6) - Presidido pelo Presidente da Conferência Parte 1: entidades da ONU - DESA - OHCHR - UN Women Part 2: Mandates/stakeholders: Sr^a. Theresia Degener, <i>Presidente do Comitê das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência</i> Sr^a. Catalina Devandas Aguilar, <i>Relatora Especial da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência</i> Sr^a. Maria Soledad Cisternas Reyes, <i>Enviado Especial do Secretário-Geral sobre Deficiência e Acessibilidade</i> Sr^a. Zhiying Ma, <i>One Plus One Group for Disability China, Representante da Sociedade Civil</i> Decisões da Conferência dos Estados Partes (item 7) Encerramento da Reunião (item 8) Declarações dos 4 vice-presidentes da Conferência (Alemanha, Sri Lanka, Equador e Tunísia) Declaração de encerramento de H.E. Sr. Georgi Panayotov, Representante Permanente da Bulgária na ONU, Presidente da Conferência

Notas: 1. O item 5 (a) e (b) e o Item 6 também considerarão e discutirão "Promover estatísticas de deficiência de alta qualidade e desagregação de dados por status de deficiência para a plena realização dos direitos das pessoas com deficiência" como corte-tema da sessão.

2. Durante a sessão, a 3ª, 4ª e 5ª reuniões podem alocar seus primeiros 30-60 minutos como contingência para continuar o item 5 da agenda (a) "Debate Geral".

Programação da missão do Brasil:

Agenda Oficial
<u>Chegada sugerida da Delegação em Nova Iorque: 11/06/2018 (pela manhã).</u>
1. Abertura da 11ª Sessão da Conferência dos Estados Parte. 2. Adoção da Agenda. 3. Organização do Trabalho. 4. Eleição dos membros do Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. <i>Brasil apresenta candidata</i> 5. Assuntos relacionados à implementação da Convenção: (a) Debate geral; <i>Brasil apresenta discurso sobre avanços na implementação da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a ser proferido por Sua Excelência o Ministro de Estado dos Direitos Humanos Gustavo do Vale Rocha</i> (b) Mesas redondas: (i) Espaço fiscal nacional, parcerias público-privadas, cooperação internacional para o fortalecimento da implementação da Convenção; (ii) Mulheres e meninas com deficiências; (iii) Participação política e igual reconhecimento perante a lei. <i>Brasil estará representado por Sua Excelência o Ministro de Estado dos Direitos Humanos Gustavo do Vale Rocha</i> 6. Diálogo interativo entre os Estados Partes, o Sistema das Nações Unidas e outros atores na implementação da Convenção. 7. Decisões da Conferência dos Estados Parte. 8. Encerramento da Conferência. 9. Eventos Paralelos <i>Durante os três dias do evento estão previstos painéis com duração entre 1:15h e 1:30h organizados por países, organizações internacionais e entidades da sociedade civil ligadas ao movimento das pessoas com deficiência os quais versarão sobre diversos assuntos de interesse dos participantes. Recomenda-se a máxima representação brasileira nesses eventos, tendo em vista o alto grau de tecnicidade oferecido e que, portanto, serão de extrema valia para a implementação das políticas públicas e monitoramento da Convenção no Brasil.</i> <i>A programação completa com temas, locais, horários e palestrantes será divulgada a posteriori pelo secretariado da convenção.</i> O Brasil participará em painéis cujos temas incluem: - Para desporto e compromissos de Kazan; <i>Proposto por Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura Sala de conferencias C, 13 de junho, 3:00 pm</i> - "Direitos da Pessoa com Deficiência – inovações legislativas e direto derivado". <i>Proposto pelo Estado brasileiro, Sala de conferencias C, 13 de junho, 4:45pm</i> - Uma experiência tripartite de promoção de trabalho decente para pessoas com deficiência <i>Proposto por Organização Internacional do Trabalho, Sala de conferencias B, 14 de junho, 3:00 pm</i> 10. Cerimônia de assinatura de Memorandos de Entendimento entre Brasil e outros países. <i>Sala de conferencias C, 13 de junho, 6 pm. Recomenda-se a participação de todos os delegados nesse evento.</i>

3 – Relatório Técnico:

- ✓ **Descrição detalhada da realização do evento, anexando folder, destacando os resultados e conhecimentos adquiridos, no desempenho da missão:**

No dia 11 de junho os representantes do Confea chegaram a cidade de Nova Iorque e, após as providencias de deslocamento e hospedagem, se dirigiram ao escritório da Missão do Brasil na ONU para retirada da carta de autorização para credenciamento no evento. Após isso, o credenciamento e retirada de crachás, foi efetuado no escritório da ONU.

As atividades tiveram início conforme previsto da programação da Convenção, na sede das Nações Unidas.



Foto 2: Escritório da Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas”, Nova Iorque – EUA”.

No dia 12 de junho, houve a abertura oficial da Conferência.

O tema da principal foi "Deixando ninguém para trás através da implementação completa da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência".

A abertura contou com a participação dos representantes dos países signatários da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, do Secretário Geral da ONU, António Guterres, do Sr. Georgi Pasyotov, representante permanente da Bulgária e presidente da Conferência, que coordenou os trabalhos.

O evento abordou também três subtemas que foram tratados ao longo da programação:

- ✓ "Espaço fiscal nacional, parcerias público-privadas e cooperação internacional";
- ✓ "Mulheres e meninas com deficiência";
- ✓ "Participação política e reconhecimento igualitário perante a lei".

Durante a Conferência foram realizados ainda, cerca de 23 eventos paralelos, com destaque para a apresentação do primeiro relatório regional da pessoa com deficiência pela Organização dos Estados Americanos (OEA), onde foram abordados levantamentos sobre a situação da educação, saúde, emprego e acessibilidade. Nessa ocasião, destaca-se a participação brasileira no painel promovido pela Human Right Watch, com o tema "Melhores práticas para a transformação das instituições de cuidados comunitários".

No início dos trabalhos, foram dados os informes da Secretaria da Conferência e, e após a confirmação da agenda prevista para a Conferência, foram dadas as explanações sobre o processo eleitoral para as 09 (nove) vagas disponíveis do Comitê das Nações Unidas para os Direitos da Pessoa com Deficiência.

O processo de votação é secreto e realizado em dois turnos de votação.

Foram definidos os escrutinadores para coordenarem a votação, ficando entre eles: Bahamas, Hungria, Alemanha, Lesoto e Panamá.

Haviam inscritos 23 (vinte e três) candidatos para as vagas, havendo a retirada da candidatura de Burundi, Togo e Burquina Faso. Entre os candidatos remanescentes, estava a Deputada Federal Mara Gabrilli, representando o Brasil.

Após a coleta de votos, houve um debate geral sobre a Convenção, oportunidade em que os países falaram a respeito da implementação da Convenção. No caso do Brasil, a palavra ficou com o Secretário Executivo do Ministério dos Direitos Humanos, Engels Augusto Muniz.

O Secretário Executivo falou sobre a importância da assinatura da Convenção pelo Brasil, tendo o documento status de norma constitucional. Engels destacou os principais avanços em relação à normatização e fiscalização dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil após sua ratificação e regulamentação pela Lei Brasileira de Inclusão – LBI (Lei 13.146, de 6 de julho de 2015- Estatuto dos Direitos das Pessoas com Deficiência).

Em seguida, houve manifestações orais de outros países presentes até a finalização da contagem dos votos e divulgação do resultado do primeiro turno das eleições.

Em primeiro turno foram eleitos 6 novos membros, representando Gana (92 votos), Nigéria (108 votos), Suíça (104 votos), Lituânia (111 votos), Austrália (107 votos) e Coreia (99 votos). Desta forma, ficaram ainda 03 (três) vagas a serem preenchidas no segundo turno de votação, realizado no período da tarde.

Os candidatos para o segundo turno eram: Indonésia, Brasil, China, México e Barbados.

A Deputada Mara Gabrili foi uma das três candidatas eleitas, contabilizando o maior número de votos (103 votos). Juntamente com ela foram eleitos representantes do México (90 votos) e Indonésia (92 votos).

Após a o encerramento das eleições, a agenda da Conferência foi retomada com os debates internos sobre a Convenção, com destaque para as explanações da Ucrânia, Dinamarca, El Salvador e Rússia.

A Vice- ministra de políticas sociais da Ucrânia destacou a necessidade de inclusão das famílias dos portadores de deficiência com o oferecimento de serviços de habilitação social;

A Ministra de assuntos sociais e da infância da Dinamarca falou sobre um Projeto de Lei de seu país que proíbe a discriminação direta e indireta de pessoas com deficiência, inclusive no mercado de trabalho. Destacou ainda o Plano de Ação Nacional para a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável.

El Salvador foi representado pela Ministra de Assuntos Sociais que falou sobre a inclusão de um dispositivo específico nas leis de seu país que garantem a inclusão e a acessibilidade. Destacou também sobre a necessidade de formação de professores e escolas que possam atender adequadamente as crianças com deficiência.

O representante da Rússia falou sobre o trabalho de apoio às pessoas com deficiência psicológica e sobre o Programa Nacional de Acessibilidade da Rússia.

A Organização Disabled People International também participou dos debates falando sobre as ações contra a discriminação de mulheres e meninas com deficiência. As barreiras sociais, do mercado de trabalho impedem a inclusão social dessas mulheres.



Foto 3: Abertura da "11ª Conferência dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência – COSP10 "Sede das Nações Unidas", Nova Iorque – EUA".



Foto 4: "11ª Conferência dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência – COSP10 "Sede das Nações Unidas", Nova Iorque – EUA".



Foto 5: "11ª Conferência dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência – COSP10 "Sede das Nações Unidas", Nova Iorque – EUA" – Conselheiro Federal Ronald do Monte Santos e Deputada Federal Mara Gabrili.

No segundo dia da Conferência foram realizadas duas mesas redondas que trataram dos seguintes temas: "Espaço fiscal nacional, parcerias público-privados e cooperação internacional para o fortalecimento da implementação da Convenção" e "Mulheres e meninas com deficiência".

A primeira apresentação contou com os seguintes especialistas:

- ✓ **Ms. Yayoi Kitamura**, Centro Nacional de Reabilitação para Pessoas com Deficiência – Japão.
- ✓ **Mr. Magino Corporán**, Conselho Nacional para Pessoas com Deficiência – Republica Dominicana.
- ✓ **Mr. Vladimir Cuk**, Ação Global para Pessoas com Deficiência – GLAD
- ✓ **Ms. Shatha Abu Srou**, União Geral Palestina para Pessoas com Deficiência - Representante da Sociedade Civil
- ✓ **Ms. Maria Soledad Cisternas Reyes**, Representante do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos

No período da tarde, entre os eventos paralelos, foi realizado o um painel organizado pela Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos. O tema discutido foi "Direito das Pessoas com Deficiência: Inovações Legais e Direito Derivado".

A abertura dos debates ficou por conta do Secretário Executivo do Ministério dos Direitos Humanos, Engels Augusto Muniz, que falou sobre a evolução da inclusão das pessoas com deficiência no Brasil, principalmente após a criação da Lei da Inclusão. Engels destacou a importância de debater os principais avanços em relação à normatização e fiscalização dos direitos das pessoas com deficiência, já que a Convenção foi ratificada no Brasil com status constitucional e regulamentada pela Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, a Lei Brasileira de Inclusão – LBI (Estatuto dos Direitos das Pessoas com Deficiência). Ao final, reforçou a necessidade de integração entre todos os poderes para que as políticas públicas de inclusão possam avançar com mais efetividade.

Além do Secretário Executivo do Ministério dos Direitos Humanos, o painel contou com a participação da Deputada Federal Mara Gabrilli; da ministra do STJ, Nancy Andrighi; do Procurador do Ministério Público junto ao TCU, Sergio Caribé; do Promotor de Justiça pelo Estado da Paraíba, Francisco Glauberto Bezerra; da Vice-Presidente do Ceddis/OEA, Sra. Alicia Loza; e do Assessor Especial da Presidência da República, Bruno Leal.

Durante sua apresentação, a ministra Nancy Andrighi falou sobre o processo judicial eletrônico e o desafio da acessibilidade. Nancy mencionou a Resolução nº 230 do CNJ que orienta a adequação das atividades dos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares às determinações exaradas pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Além disso, a ministra destacou as adequações feitas no tribunal para a implementação do Processo Judicial Eletrônico, como: a adequação das salas de julgamento; digitalização dos processos judiciais; acessibilidade às dependências da corte e aos processos eletrônicos; aos portadores de deficiência; utilização do recurso de reconhecimento óptico de caracteres (OCR); utilização de linguagem de sinais na página eletrônica do STJ; atendimento aos advogados e às partes via skype; a contratação de brigadistas especializados na linguagem de sinais; e incentivo aos 33 ministros do tribunal para que em cada gabinete exista a contratação de pessoas com deficiência, aumentando assim a inclusão social.

Em seguida se manifestou a deputada Mara Gabrilli que falou sobre todo o processo de tramitação do PL que originou a Lei Brasileira de Inclusão, com ênfase à participação da sociedade civil como importante fator para que o projeto fosse promulgado por unanimidade de votos.

Em sua participação, o Procurador do MP junto ao TCU, Sergio Caribé, apresentou a palestra "Direito das Pessoas com Deficiência – Inovações Legais". Caribé falou sobre o papel do controle externo na promoção da acessibilidade dando destaque ao art. 93 da LBI que trata da realização de inspeções e auditorias pelos órgãos de controles interno e externo. Este artigo prevê a obrigatoriedade de ser observado o cumprimento da legislação relativa à pessoa com deficiência e das normas de acessibilidade vigentes quando da realização de trabalhos de controle.

Caribé defendeu a necessidade de constante monitoramento sobre a aplicabilidade das políticas públicas de inclusão e acessibilidade e falou ainda sobre as parcerias firmadas entre o TCU e outros órgãos públicos voltados para a inclusão e acessibilidade. Nesse sentido Sérgio Caribé destacou a criação e instalação da Comissão de Acessibilidade do TCU (Resolução TCU 283/2016) – órgão colegiado de caráter permanente com a finalidade de orientar e acompanhar a implementação da Política de Acessibilidade do TCU.

O procurador destacou os avanços do TCU no levantamento de informações sobre pessoas com deficiência no Brasil, dando ênfase ao desenvolvimento do painel informatizado sobre a inclusão, que serve de ferramenta para o trabalho do auditor de controle externo, já que o painel traz de modo detalhado o número de pessoas que se declaram com algum tipo de deficiência, permitindo o cruzamento de dados a partir de diversos filtros de pesquisa.

Ao final da apresentação, o Procurador falou sobre o lançamento do selo de acessibilidade do CONFEA em evento promovido no TCU em 2017; além de ações de treinamento, conscientização e sensibilização que ocorrem no Tribunal.

A apresentação seguinte foi do Promotor Francisco Glauberto Bezerra, do Estado da Paraíba. O palestrante defendeu que a garantia dos direitos da pessoa com deficiência está diretamente ligada à defesa e proteção dos direitos humanos. Gualberto falou sobre a "violência invisível" que há nas cidades não havendo acessibilidade para os portadores de necessidades especiais. Ao final da apresentação, registrou iniciativa do Ministério Público da Paraíba que desenvolve um trabalho de proteção e defesa dos direitos do consumidor, objetivando que todas as pessoas (incluindo as deficientes) tenham, como consumidoras, os mesmos direitos.

A Vice-Presidente do Ceddis/OEA, Alicia Loza, reforçou a importância de os Estados signatários da Convenção de formularem e apresentarem dados estatísticos confiáveis para melhor orientar as políticas públicas de inclusão. Alicia reconhece os avanços ocorridos no Brasil, que é um dos países que servem de exemplo na busca da inclusão, mas destacou que ainda há muitos desafios a serem enfrentados.

O painel foi encerrado pelo assessor especial da Presidência da República, Bruno Bianco Leal que falou sobre a busca na efetivação e garantia dos direitos das pessoas com deficiência. Bruno abordou os direitos das pessoas com deficiência dentro do direito previdenciário, especialmente em tempos de crise.

Após o painel organizado pelo Brasil, ocorreu a cerimônia de assinatura do acordo de cooperação entre Brasil e República Dominicana. O acordo trata de assuntos relacionados aos direitos da pessoa com deficiência.

O tema da mesa redonda do dia 14 de junho foi "A participação política e o reconhecimento de igualdade das pessoas com deficiência". Além disso, os trabalhos continuaram conforme a programação inicial com continuidade aos debates acerca da implementação da Convenção e as ações e políticas adotadas pelos seus países signatários.

Os debates destacaram que a participação política das pessoas com deficiência permite que elas possam contribuir positivamente para a elaboração e implementação das políticas inclusivas, garantindo a todos o pleno exercício da cidadania. Esta abordagem é essencial para a plena implementação tanto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência quanto para a Agenda 2030 para o atingimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS.

Entre os eventos paralelos realizados no último dia da Conferência, houve o painel realizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Ministério Público do Trabalho e a Escola Nacional da Administração Pública (ENAP). O tema do evento foi: "Uma experiência tripartida na promoção do trabalho decente para pessoas com deficiência".

A primeira apresentação foi da representante da ENAP, Anna Paula Feminella, que apresentou a palestra: "Uma experiência de sensibilização para a diversidade e inclusão". Anna Paula apresentou brevemente a ENAP, principal escola de governo do Brasil voltada para a educação continuada, gestão pública e inovação em gestão pública. A palestrante apresentou o Programa de Inclusão desenvolvido pela ENAP em 2017, que visa facilitar o acesso das pessoas com deficiência às ações/cursos desenvolvidos pela escola.

Em seguida houve a apresentação da Sra Begoña Grau, que falou sobre o emprego e a deficiência no Uruguai. Begoña falou que hoje há normas vigentes em seu país que protegem o acesso de pessoas com deficiência ao emprego e visam eliminar as barreiras à inclusão laboral.

Além disso, a palestrante destacou o "Programa Uruguai Trabalho" que visa proteger e garantir às pessoas com necessidades especiais, o acesso à educação, ao mercado de trabalho e à saúde em igualdade com os demais cidadãos.

Begoña Grau finalizou falando sobre o trabalho desenvolvido pela Secretaria de Descapacidade do Uruguai e as "empresas inclusivas". Estas enviam suas demandas (necessidades) relativas à mão de obra à Secretaria que, por sua vez, consulta um banco de dados que contém o cadastro de pessoas com deficiência que buscam uma ocupação profissional para inserir essas pessoas no mercado de trabalho.

A próxima a palestrar foi a representante do Ministério Público do Trabalho, Sofia Vilela, que falou sobre a "Proteção dos direitos dos cidadãos nas relações de trabalho." Segundo a representante do MPT, as limitações estão na sociedade e não nas pessoas.

Sofia destacou a Coordenadoria Nacional de Promoção de Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho (COORDIGUALDADE), que tem por objetivo a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Entre as atividades da COORDIGUALDADE estão as ações de inspeções coletivas na justiça do trabalho, expedindo ajustes de condutas visando a acessibilidade.

Em seguida, a palavra foi de outra representante do MPT, Sra. Elaine Soares, que falou sobre a experiência desenvolvida pelo MPT em uma organização internacional.

Elaine apresentou dados a respeito das pessoas com deficiência no Brasil, que hoje são cerca de 45 milhões de cidadãos. Nesse grupo, somente 403.255 estão empregados.

Elaine Soares destacou que o Brasil possui uma legislação avançada sobre a matéria, porém, o descumprimento das leis é muito grande. Ao final foi apresentado um vídeo de uma campanha sobre inclusão do MPT.

A apresentação seguinte foi realizada pelos representantes da OIT, Faustina Van Aperen e Jorgem Merje, que falaram sobre as ações sindicais voltadas para a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho e a ainda, sobre o trabalho da OIT junto às empresas privadas visando a inclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais.

Faustina destacou a importância da Declaração da OIT sobre justiça social na diminuição de barreiras para o acesso ao emprego.

A conferência foi encerrada com declarações dos 4 vice-presidentes da Conferência (Alemanha, Sri Lanka, Equador e Tunísia) e do representante permanente da Bulgária na ONU e Presidente da Conferência, Sr. Georgi Panayotov.

4- Proposições/ Recomendações a serem aplicadas no Sistema pela experiência adquirida:

O tema acessibilidade faz parte da agenda prioritária do Sistema Confea/Crea e vem sendo amplamente discutindo desde, pelo menos, 2009 conforme quadro demonstrativo abaixo:

Resolução 1025-2009 Anexo	Dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica e o Acervo Técnico Profissional, e dá outras providências. <i>Acessibilidade: Declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas</i>
PL-1316/2013 , de 2 de setembro de 2013	Institui Grupo de Trabalho relativo às atribuições do Confea e dos Creas em relação à garantia de acessibilidade nos prédios públicos e dá outras providências.
PL-1422/2013 , de 27 de setembro de 2013	Referenda a Portaria AD nº 252, de 19 de setembro de 2013, que resolveu alterar o item 2 da Decisão nº PL-1316/2013, que instituiu Grupo de Trabalho relativo às atribuições do Confea e dos Creas em relação à garantia de acessibilidade nos prédios públicos, o qual passa a vigorar com a redação contida nesta decisão
PL-0629/2014 , 22 de maio de 2014.	Sugere às instituições de ensino a inclusão de disciplinas ou conteúdos programáticos em disciplinas já existentes referentes a acessibilidade nos cursos de Engenharia e dá outras providências.
PL-0696/2014 , 26 de maio de 2014.	Esclarece aos Creas que quando do registro de ART de adequação de acessibilidade, para fins de atendimento aos critérios dispostos na Resolução nº 4.050, de 26 de janeiro de 2012, do Banco Central do Brasil, para a obtenção de financiamento para serviços de adaptação de imóvel residencial visando à adequação de acessibilidade, devem ser seguidas as orientações contidas nesta decisão, e dá outras providências.
PL- 2209/2014 , de 29 de dezembro de 2014.	Aprova a criação da Comissão Temática denominada “Acessibilidade e Equipamentos”.
PL 2085/2015 , de 22 de outubro de 2015.	Aprova a realização de reunião do Confea e Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, e dá outras providências.
PL 0113/2016 , de 03 de fevereiro de 2016.	Aprova o relatório circunstanciado da Comissão Temática de Acessibilidade e Equipamentos – CTAE do exercício de 2015 e dá outras providências. <i>“Aprovar a continuidade da Comissão Temática “Acessibilidade e Equipamentos”, com a continuidade dos objetivos de: a) divulgar as legislações, normas e regulamentos, necessidades e oportunidades relacionadas à acessibilidade, para os profissionais da Engenharia e Agronomia; b) manter interação permanente com as Coordenadorias Nacionais de Câmaras Especializadas dos Creas e entidades específicas do tema, objetivando a</i>

	<i>atualização das normas sobre acessibilidade e equipamentos, oriundas da ABNT e outras.”</i>
<i>PL 1061/2017, de 29 de maio de 2017.</i>	Aprova o relatório circunstanciado da Comissão Temática de Acessibilidade e Equipamentos – CTAE do exercício de 2016, tendo em vista o atendimento aos objetivos propostos, e dá outras providências. “d) atualização e ampla divulgação da “CARTILHA DE ACESSIBILIDADE” a todos os profissionais do Sistema Confea/Crea; e) acompanhamento do Acordo de Cooperação firmado do Sistema Confea/Crea com o CNMP; g) tratativas com a OISS - Organización Ibero-Americana de Seguridad Social para implantação da CIAPAT**/Brasil; e h) participação de representantes da CT em fóruns e eventos nacionais e internacionais em que haja assuntos relacionados à acessibilidade.”
<i>PL 1094/2017, de 29 de maio de 2017.</i>	“10ª Conferência dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, a ser realizada nos dias 12 a 15 de junho de 2017, na Cidade de Nova Iorque - EUA
<i>PL 1311/2017, de 30 de junho de 2017.</i>	Aprova as tratativas entre Confea e Tribunal de Contas da União – TCU, através da integração do evento “Diretrizes para um Programa de Inclusão de Acessibilidade no Confea”, ao evento intitulado “Seminário Internacional de Acessibilidade”, promovido pelo TCU, a ocorrer nos dias 20 a 22 de setembro, em Brasília-DF e dá outras providências.
“SELO Engenharia Acessível” 06 de setembro de 2017	Visita realizada no dia 06 de setembro de 2017 ao Instituto Serzedello Corrêa, com o objetivo de averiguar os quesitos de acessibilidade do prédio. “O Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – Confea em parceria com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal – Crea-DF, concedem o Selo Engenharia Acessível ao prédio Instituto Serzedello Corrêa, obtendo como grau de acessibilidade o Selo “Ouro”.
<i>17 de dezembro de 2017</i>	Acordo de Cooperação Técnica entre o Confea, Mutua e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de São Paulo com vistas a cooperar na divulgação sobre o tema Acessibilidade.
<i>PL 0819/2018, de 25 de maio de 2018.</i>	Aprova a constituição de missão representativa do Sistema Confea/Crea para participar da 11ª Conferência dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, em Nova Iorque-EUA, de 12 a 14 de junho de 2018.

Em 2018, o Plenário do Confea, por meio da Decisão PL 1065/218, autorizou a criação da Comissão Temática de Acessibilidade e Equipamentos (CTAE) com os seguintes objetivos:

a) divulgação das legislações, atualização de normas e regulamentos, das necessidades e oportunidades relacionadas à inclusão voltado ao tema acessibilidade, para os profissionais da Engenharia e Agronomia;

b) promover a interação permanente com as Coordenadorias Nacionais de Câmaras Especializadas dos Creas e entidades específicas do tema visando à atualização das normas sobre Acessibilidade e Equipamentos, oriundas da ABNT e outras;

c) acompanhar, com a Assessoria Parlamentar do Confea, ações legislativas junto às casas legislativas federal, estaduais e municipais, referentes ao tema;

d) padronização nacional da "CARTILHA DE ACESSIBILIDADE" em uma das reuniões anuais, bem como a disseminação do padrão a ser utilizado por todos os profissionais do Sistema Confea/Crea;

e) Fiscalização e colocação em prática do Acordo de Cooperação firmado do Sistema Confea/Crea com o CNMP;

f) Tratar de ampliar em conjunto com a GRI – Gerência de Relações Institucionais o acordo de cooperação com o CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público para Associação os Membros dos Tribunais de Contas do Brasil e com a ANPCON - Associação Nacional do Ministério Público de Contas, aproveitando o projeto de atualização de cadastro Urbano previsto no SINTER via SISURB;

g) Realizar agendamento e tratativas com a OISS - Organización Ibero-Americana de Seguridad Social para implantação da CIAPAT/Brasil;

h) participação de representantes da CT em fóruns e eventos nacionais e internacionais em que haja assuntos relacionados à acessibilidade;

i) disseminação do selo engenharia acessível, bem como a promoção de entendimentos sobre os procedimentos dedicados às inspeções prediais dedicadas ao cumprimento da NBR9050.2015 nas obras aprovadas com ART devidamente registradas com acessibilidade;

j) promover e acompanhar projetos pilotos nas principais capitais brasileiras, de forma a estabelecer a atualização dos convênios com prefeituras municipais para que os espaços e equipamentos urbanos, meios de transporte e seus acessórios possam atender aos requisitos de acessibilidade;

k) auxiliar na organização de eventos e atividades que envolvam a disseminação que todos os projetos relativos à acessibilidade sejam elaborados e executados exclusivamente por profissionais legalmente habilitados, com a referida ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, promovendo a garantia da qualidade dos serviços prestados frente à legislação e normas pertinentes;

Além disso, o Confea possui representação no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), órgão superior de deliberação colegiada da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República criado para acompanhar e avaliar o desenvolvimento de uma política nacional para inclusão da pessoa com deficiência e das políticas setoriais de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer e política urbana dirigidos a esse grupo social.

A participação do Confea na "11ª Conferência dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência – COSP10" proporcionou maior aproximação com os órgãos/entidades brasileiras e de outros países que estão engajadas em ações que visam garantir os direitos das pessoas com deficiência e promover ações voltadas para acessibilidade. Além disso, concretiza a continuidade dos trabalhos voltados para a acessibilidade já iniciados no Confea, inclusive, com a participação na 10ª Conferência em 2017.

Vale destacar que a participação nesse evento não é aberta a todos aqueles interessados no tema. Somente representações de governo e entidades da sociedade civil (ONGs) voltadas para a defesa dos direitos das pessoas com deficiência têm acesso à Conferência; sendo necessário um convite para que cada ente governamental componha a delegação oficial do seu país. Desta forma, o Confea está entre as instituições consideradas como estratégicas pelo governo brasileiro para discutir os direitos das pessoas com deficiência, devendo manter-se atuante nas atividades voltadas para a acessibilidade visando, também, garantir a sua permanência entre as entidades estratégicas da delegação brasileira.

As discussões havidas durante a COSP11 permitiram que os profissionais tivessem acesso às informações sobre ações, políticas públicas e inovações voltadas para a inclusão das pessoas com deficiência nos diversos países participantes da Conferência.

Ante o exposto, como proposições e recomendações a serem aplicadas no Sistema, sugerimos os itens apresentados a seguir:

- ✓ Participação de representantes do Sistema Confea/Crea em eventos nacionais e internacionais voltados para a acessibilidade;
- ✓ Continuidade e divulgação, junto às entidades governamentais e não governamentais, das ações efetivas do Sistema Confea/Crea relativas à acessibilidade e promoção dos direitos das pessoas com deficiência;
- ✓ Participação do Sistema Confea/Crea nas próximas edições da Conferência dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, realizada anualmente na sede da ONU; visando consolidar a permanência do Sistema Confea/Crea no grupo das organizações que representa o Brasil nos debates, e a atualização do que vem sendo discutido sobre o tema, especialmente agora, com a representação oficial do Brasil no Comitê das Nações Unidas para os Direitos da Pessoa com Deficiência, na pessoa da Deputada Federal Mara Gabrili;
- ✓ Implementação do acordo de Cooperação firmado do Sistema Confea/Crea com o CNM, e acompanhamento do assunto pela Comissão Temática de Acessibilidade e Equipamentos do Confea, (CTAE);
- ✓ Consolidação de parcerias com entidades que estejam envolvidas em questões de acessibilidade e direitos das pessoas com deficiência, visando contribuir com a inclusão social e o desenvolvimento da sociedade brasileira;
- ✓ Encaminhamento deste relatório à Comissão Temática de Acessibilidade e Equipamentos do Confea, (CTAE), para conhecimento.

5 – Conclusão:

- ✓ **Descrição detalhada da avaliação do evento, destacando os aspectos positivos e/ou negativos, para futuro planejamento e aperfeiçoamento de viagens semelhantes:**

A participação na COSP11 representa uma ação importante no que diz respeito à inserção internacional do Sistema, um dos objetivos da Agenda Estratégica 2011/2022 do Sistema Confea/Crea, que tem como um dos eixos promover a inserção no mercado internacional de profissionais e empresas abrangidos pelo Sistema. Representa uma oportunidade de ampliação da rede de relacionamentos com entidades brasileiras e internacionais ligadas à defesa das pessoas com deficiência.

Um exemplo de estreitamento do relacionamento institucional após a participação na Conferência em 2017, é a parceria entre o Confea e Tribunal de Contas da União – TCU que, após a participação na Conferência em Nova Iorque, realizaram o “Seminário Internacional de Acessibilidade”, nos dias 20 a 22 de setembro, em Brasília-DF (Decisão PL 1311/2017). A partir daí o diálogo com o Tribunal se manteve aberto tendo como interlocutor o Procurador do Ministério Público junto ao TCU, Sergio Caribé.

Para o Brasil, o ponto mais importante do evento foi a eleição da Deputada Mara Gabrili para compor o Comitê das Nações Unidas para os Direitos da Pessoa com Deficiência. O mandato inicia-se em 2019 e tem duração de dois anos, período em que a participação do Brasil nas discussões sobre a implementação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência será mais representativa.

Como resultado geral, a participação na Conferência foi extremamente positiva. O convite feito ao Confea pelo Ministério dos Direitos Humanos (SEDPD/MDH) para integrar a missão oficial do Brasil na COSP11, reflete o reconhecimento da importância da engenharia nas discussões voltadas para a inclusão e acessibilidade. Ante o exposto, reforçamos a importância da continuidade da participação do Sistema Confea/Crea nas conferências da ONU sobre o tema.

Finalmente, vale destacar que as ações de promoção e proteção da acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência, fazem parte do papel social desempenhado pelo Sistema Confea/Crea na defesa dos interesses sociais e humanos e na promoção dos preceitos do desenvolvimento sustentável, um dos objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

É o relatório.

Brasília, Distrito Federal, 30 de julho de 2018.

ANEXOS:

- ✓ Material distribuído aos participantes;
- ✓ Material de campanha para o Comitê das Nações Unidas para os Direitos da Pessoa com Deficiência;
- ✓ Matérias publicadas sobre a participação do Brasil na COSP11;

Eng. Mec. Ronald do Monte Santos
Representante do Plenário

Bach. Rel. Int. Sabrina Borba Sales Carpentier
Analista - GRI